

| 72 | OCUPAÇÕES ORGANIZADAS DE TERRAS URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: A COMUNIDADE PARQUE ESPERANÇA, 1990

Gerônimo Emílio Almeida Leitão, Helena Araujo Freitas

Resumo

Este trabalho aborda uma das formas de produção informal da moradia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre o início da década de 1980 e meados dos anos 1990: a ocupação organizada de áreas urbanas sem uso, em sua maioria públicas. Essas ocupações buscavam construir “bairros populares” – de acordo com o discurso das lideranças que participavam desse movimento –, organizando não apenas a ação dos participantes no processo de ocupação como, também, ordenando o uso e parcelamento do solo, por meio da implantação de um “projeto urbanístico” previamente elaborado. Seleccionamos, como estudo representativo desse processo de produção informal da moradia, a comunidade Parque Esperança, que surgiu a partir da ocupação de um dos terrenos subutilizados existentes na região de Anchieta, no município do Rio de Janeiro, em 1990.

Palavras-chave: Ocupação de Terras Urbanas, Habitação Social, Planejamento Urbano.

Introdução

O Plano Diretor criava, assim, as bases para que fosse formulada uma política pública de urbanização dos assentamentos informais da cidade do Rio de Janeiro. Neste trabalho, abordamos um dos processos de produção informal da moradia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: as ocupações organizadas de áreas vazias ou subutilizadas, em sua maioria públicas, no período compreendido entre o início da década de 1980 e meados dos anos 1990. Inicialmente, procuramos descrever de forma breve o quadro de produção informal da moradia no início da década de 1980, momento em que o processo de redemocratização do país e as lutas pelo direito à moradia dão origem a um movimento organizado de ocupação de terras urbanas, com características particulares. Em seguida, apresentamos, como exemplo dessas ocupações, o Parque Esperança, em Anchieta, no município do Rio de Janeiro – um loteamento que surgiu a partir da ocupação de uma área da empresa denominada *Participação Anchieta*. Além da descrição desse movimento de ocupação, realizamos, a partir do depoimento, em 2012, de sua principal liderança, Paulo de Aquino, um breve relato da evolução desse assentamento que, atualmente constitui um populoso bairro da cidade do Rio de Janeiro. Por último, propomos uma reflexão sobre a possibilidade dos movimentos sociais organizados assumirem, através de ações concretas, o

papel de protagonistas da implementação de políticas habitacionais, rompendo assim com o papel de coadjuvantes que lhes é, quase sempre, reservado.

1. As Ocupações de Terras Urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1980/1990: Uma resposta à ausência de políticas públicas de habitação de interesse social

O quadro de informalidade crescente na provisão de moradias da população mais pobre se acentua, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da década de 1980, quando a crise econômica – com desdobramentos graves na economia estadual – deu origem a um crescimento do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, limitando ainda mais as possibilidades de aquisição de lotes nas áreas periféricas. De acordo com Lago (1996), contribuíram, ainda, para esse crescente quadro de informalidade, a retomada do crescimento das favelas e de novas ocupações de terra urbana, devido “às transformações na conjuntura política fluminense, a partir de 1982”, que determinaram um “arrefecimento do controle estatal sobre o uso do solo urbano”.

No Rio de Janeiro, a primeira eleição direta para o governo do estado, em dez anos, realizadas em 1982, constituíram, de fato, uma guinada¹ no que diz respeito às relações entre o Estado e as entidades representativas de favelas e outros movimentos comunitários de luta pela moradia. Durante o período compreendido entre a eleição (novembro de 1982) e a posse de Leonel Brizola (março de 1983), várias ocupações ocorreram, o que, para alguns, representaria uma ação legítima do movimento social organizado, na busca da resolução dos problemas de acesso à moradia. Para outros, entretanto, essas ações seriam “orquestradas” por grupos conservadores, que teriam por objetivo inviabilizar a governabilidade da futura administração fluminense.² Segundo NOVICKI (1992, p. 69), slogans como “*favela não é problema, é solução*”, “*governar com o povo*”, “*um governo voltado para as classes menos*

¹ Sobre essa mudança de atitude do poder público em relação às favelas, afirma CAVALLIERI (1986): “A atual orientação governamental reconhece oficialmente as favelas como uma das soluções habitacionais acessíveis às populações urbanas carentes e atua sobre elas no sentido de melhorar a sua qualidade de vida. Tal orientação baseia-se em alguns pressupostos fundamentais: eliminação definitiva das remoções em massa; regularização jurídica dos assentamentos, através da titulação da propriedade de seus ocupantes; reconhecimento da cidadania dos favelados, através da legitimação de suas associações representativas, da abertura de canais de participação junto ao Estado e atendimento de suas reivindicações, estabelecimento de programas permanentes nos órgãos governamentais e nas empresas públicas para a regularização da prestação de serviços urbanos e comunitários e; ampliação significativa dos recursos financeiros destinados a obras e programas sociais para as áreas faveladas”.

² Em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada em 06/04/1983, o governador Leonel Brizola afirmou “estar havendo um trabalho visando criar uma situação para o novo governo, não sei se querendo colocar a prova ou criar um ambiente de insegurança”. (Frossard – o Processo das Invasões no Rio de Janeiro: Sua Racionalidade Espacial, Cópia Xerox, sem data).

favorecidas”, e “para o PDT a palavra remoção não existe”, traduziam um novo momento na relação entre o Estado e o movimento social organizado, que estimularia as ocupações de terra. Por outro lado, manchetes como “*Invadam, Brizola garante*”, publicadas em jornais em março de 1983, expressavam, por sua vez, a reação dos setores mais conservadores frente a esse quadro de ocupações organizadas, que não eram reprimidas pelo Estado.

Portanto, seja pela ausência de políticas habitacionais adequadas, seja pelo cenário político favorável³ (LEITÃO; DELECAVE, 2010), observa-se o surgimento de um expressivo movimento de ocupações de terra, com características particulares, do início da década de 1980 a meados dos anos 1990, nos municípios do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Esse movimento – que contava com o apoio de instituições como a Igreja Católica, além de parlamentares e de entidades comunitárias, tais como a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) e a Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) – promovia ocupações de áreas (públicas, em sua maioria) com o objetivo de assentar famílias de baixa renda. Eram ocupações organizadas, que se distinguiam pelos cuidadosos preparativos preliminares de suas ações: desde o levantamento de informações sobre a propriedade fundiária do terreno a ser ocupado, passando pelo cadastramento das famílias participantes, até a realização de articulações políticas em busca de apoio a eventuais enfrentamentos com as forças policiais. Outra característica singular desse movimento era o conteúdo político do discurso de suas lideranças, associando suas ações às lutas sociais por melhores condições de vida. Por último, essas ocupações se destacavam, também, pela elaboração de “projetos urbanísticos” que buscavam ordenar, minimamente, o parcelamento e o uso do solo da terra ocupada (Leitão, 2009).

De acordo com Valadares e Kayat (1983), essas ocupações de áreas urbanas, ao contrário das favelas, são feitas “às claras” por grande número de pessoas, consolidadas em curto espaço de tempo e de modo organizado. Esses autores afirmam, ainda que “*a invasão pode ser definida como um ato coletivo, planejado com certa antecedência capaz de mobilizar a uma só vez algumas dezenas ou centenas de famílias*” (Valadares et al., 1983), e descrevem as etapas e características desse processo:

³ Sobre o cenário político favorável ao movimento de ocupações, uma reportagem publicada pelo jornal “O Globo”, em 12 de março de 1991, descreve esse quadro:

“O dia 14 –véspera da posse do governador Leonel Brizola – já virou uma espécie de senha para as centenas de pessoas que invadiram, nos últimos vinte dias, três terrenos no Mato Alto, Gardênia Azul e Curicica, em Jacarepaguá, que somam 416 mil metros quadrados. Apesar da repressão policial, que os impedem de construir barracos, entre eles há uma certeza: a partir dessa data, o direito a posse das áreas estará garantido.”

“Inicialmente, enquanto uma área de ocupação muito recente, surgida da noite para o dia, em fase de gestação, às vezes a invasão não passa de dias, resumindo-se a sua existência a lotes marcados com piquetes, cordão e corda, que logo são demarcados. No fundo, limita-se a uma tentativa abortada. Por outras vezes, a invasão chega a formar um aglomerado que se implanta por via de casebres extremamente precários, construídos com material de mais fácil alcance na hora (pedaços de tábua, papelão, plástico, etc.) e que não dispõe de serviços mínimos como água ou luz”.

Surgem, desse modo, loteamentos com 800, 1100 e até 1500 lotes, demandando intervenções do poder público, no sentido de promover a regularização da posse da terra, assim como a urbanização desses assentamentos. Alguns deles já existem há quinze anos e sua morfologia muito se assemelha às áreas vizinhas da cidade oficial, no que se refere aos padrões construtivos das moradias e nas dimensões dos logradouros. Contudo, devido à ausência de infra-estrutura de saneamento básico adequada, à ausência de pavimentação dos logradouros, bem como a situação irregular da propriedade fundiária, essas ocupações são consideradas assentamentos informais pelo poder público. Algumas das lideranças comunitárias que organizaram essas ocupações foram assassinadas ou estão desaparecidas.

Outras ocuparam cargos eletivos nas Câmaras de Vereadores de seus municípios e na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Em alguns assentamentos, são raras as famílias que participaram do processo de luta pela terra, que ainda permanecem na comunidade. Embora não se tenha regularizado a posse da terra nesses assentamentos, lotes são comprados e vendidos, constituindo, assim, um mercado imobiliário à margem das normas e regras que norteiam essa prática na cidade formal.

A Comunidade Parque Esperança, a primeira ocupação liderada por Paulo de Aquino que analisaremos a seguir, localizada em Anchieta no Município do Rio de Janeiro (Figura 1), compõe junto com as comunidades Parque Tiradentes e Final Feliz, um dos maiores assentamentos informais do Estado do Rio de Janeiro, sendo assim, um grande exemplo desse movimento de ocupação de terras urbanas.



Figura 1 - Em cima: o município do Rio de Janeiro com destaque, em vermelho, na XXII RA composta por Parque Anchieta, Anchieta, Ricardo de Albuquerque e Guadalupe. Embaixo: localização, em vermelho, das comunidades Parque Esperança, Final Feliz e Parque Tiradentes, no bairro de Anchieta. Fonte: sites Armazém de dados e Bairros Cariocas.

O relato de Fernando Soares Campos na Revista digital Novae, em 26 de janeiro de 2012, é revelador quanto às práticas e objetivos desse movimento de luta pelo acesso à moradia:

(...)retornei ao Rio de Janeiro em 1991. Aqui chegando me hospedei, com mulher e dois filhos, na casa de uma amiga nossa em Anchieta, num assentamento denominado Parque Esperança. O local já contava com parte da infraestrutura necessária à condição de habitabilidade: rede de eletricidade, fornecimento de água e ruas planejadas, mas ainda não asfaltadas. A maioria das casas ainda estava em construção, porém já habitadas. Na parte mais alta do terreno se localizava a sede da associação de moradores, sob a liderança de um rapaz chamado Paulo de Aquino. (...) Certo dia, Paulinho (...) me confidenciou que estava preparando a invasão de mais um terreno. Informou que havia cadastrado cerca de cem famílias, pessoas que o procuravam na esperança de conseguir um lote para construir uma casa. Falou que não podia revelar a localização do terreno a ser invadido, pois isso poderia atrapalhar os planos, adiantando apenas a informação de que não era muito distante dali. "Tudo bem, mas em que posso ser útil?" Aí ele me deu uma aula de como as coisas aconteciam. Pela sua exposição, entendi que não era uma coisa tão simples como eu imaginava. Exigia organização e trabalho duro, pois ele não se limitava à mera invasão,

criando um núcleo favelado com vielas que dificultassem a instalação da infraestrutura. Nada disso. O que ele queria era produzir mais um loteamento planejado que atendesse às exigências básicas de habitação.

(...) No dia e hora marcada as famílias convocadas para a invasão se reuniram em frente à associação de moradores, receberam instruções de como deveriam se comportar e só aí foram informadas sobre a localização do terreno a ser invadido. Era em Costa Barros (...). Madrugada adentro, o grupo, liderado por Paulinho e seus assessores, partiu para a invasão do terreno. Eu não estava presente (...). Mas a minha mulher participou da empreitada. (...) Muita gente já havia armado barracas, tendas e improvisado barracos de madeira, a fim de garantir seus espaços. (...) Além do grupo original, já havia centenas de outras pessoas que aderiram ao movimento. (...) pois queriam garantir um lote.

Mais tarde encontrei Paulo de Aquino e perguntei: "E agora, como vamos fazer?! Tá uma bagunça dos diabos!" Ele me disse que no primeiro momento era assim mesmo, mas aos poucos tudo seria organizado. Três dias depois ele arranhou, com a Secretaria de Obras do Estado, uma caterpillar, que começou a abrir as ruas. Aqueles lotes demarcados aleatoriamente foram dando lugar a terrenos de 120 m² à margem das pistas abertas. Nesse reordenamento ocorreram algumas disputas, desentendimentos sobre o que é de quem. Mas tudo se resolvia. Em pouco tempo havíamos assentado cerca de 500 famílias. Outras chegaram atrasadas, solicitando um espaço para construir suas casas. Foram cadastradas para uma possível próxima invasão.

Os ocupantes foram orientados a aguardar o momento em que seria dado sinal verde para que iniciassem as construções em alvenaria. Precisávamos ter a certeza de que não seríamos despejados. Essa garantia veio por parte de assessores do governo Brizola. Eles nos asseguraram que ninguém iria nos importunar. Aí, cada um se virou como podia.

(...) Em frente à ocupação foi deixado livre um terreno de uns 3.000 m², a pedido de Paulo de Aquino. Essa área havia sido preservada para a construção de um CIEP. (...) Em pouco tempo o Brizolão estava pronto. No final do ano recebemos a rede elétrica e em seguida a rede de saneamento básico. (...) Tenho notícias de que hoje todas as ruas daquele assentamento estão asfaltadas. Soube também que muitos moradores fizeram puxadas e meióguas para abrigar os filhos que cresceram e se casaram."

2. Do Banco de Trocador ao Assento na Assembleia Legislativa: A trajetória de um militante do movimento social e a construção de um bairro popular na cidade do Rio de Janeiro

Paulo de Aquino - o Paulinho, como é conhecido no movimento popular -, nasceu em Botafogo, no Rio de Janeiro. No início de sua vida esteve em um orfanato em São João do Meriti, indo, posteriormente, morar no bairro carioca do Jacaré. Na década de 1980, trabalhava como cobrador de ônibus de uma empresa de transporte coletivo, quando iniciou sua participação no movimento de ocupação de terras urbanas: *"Eu era um revoltado isso antes de eu ocupar todas essas áreas, eu era um revoltado com as questões do país, até porque já se vinha de uma ditadura militar e a gente se sentia, depois da ditadura, livres. E como livres a gente tem que ajudar a nossa sociedade"*⁴. Paulinho iniciou sua militância apoiando candidaturas comprometidas com o movimento social organizado. Sua atuação na ocupação de terras urbanas fez com que fosse preso em diferentes ocasiões, porém todos os processos decorrentes dessas prisões foram arquivados. Nessas ocupações, o apoio de uma parcela da Igreja Católica foi de fundamental importância para a condução das negociações com eventuais proprietários e o Estado.

O processo de ocupação das áreas em Anchieta começou a ser organizado em 1985 sendo a primeira ocupação, a do Parque Esperança, realizada apenas em 1990. Os participantes das ocupações eram famílias que *"fugiam do aluguel"* ou que moravam de favor na casa de parentes ou amigos. O movimento não era restrito apenas à famílias da região mas, também, às de outros Estados que vinham visitar os parentes e permaneciam, pois, estavam *"dando terra de graça"*. No entanto, a terra não era totalmente de graça, necessitava de uma participação antes e durante a ocupação: *"A única cobrança que eu fazia do povo era participação, eles tinham que participar de três reuniões por dia: de manhã, de tarde e de noite. (...)E a gente ainda tinha um grupo que investigava para ver se aquelas pessoas realmente necessitavam"*.

Confirmando o relato anterior de Fernando Campos, sobre a ocupação de Costa Barros, Paulinho ressalta o sigilo quanto à localização das áreas selecionadas, como um fator fundamental para o sucesso das ações do movimento. Ao iniciar o processo de ocupação, a primeira iniciativa era construir o maior número possível de barracos, no menor prazo possível, sem a demarcação de lotes, o que demandaria mais tempo: *"A lei do movimento era a seguinte, ocupou, morou. Depois das vinte e quatro horas, só a justiça pode tirar, mas, antes das vinte e quatro horas, a polícia pode tirar"*. Quanto ao parcelamento do solo nas áreas ocupadas, um

⁴ As declarações de Paulo de Aquino, contidas neste trabalho, foram obtidas em depoimento gravado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense em janeiro de 2012.

grupo de moradores, que também seriam beneficiados, era escalado para realizar a marcação dos lotes, após a consolidação do processo de ocupação. Muitas vezes, alguns barracos construídos inicialmente, tinham de ser remanejados, em função da locação das vias “projetadas” pelos organizadores da ocupação. O tamanho dos lotes era padronizado, tanto em Anchieta como em Campo Grande e Santa Cruz - áreas de atuação do movimento de ocupação liderado por Paulo de Aquino. As dimensões adotadas eram 8 metros de testada e 15 metros de profundidade. Os lotes tinham os vértices definidos por piquetes de madeira e eram delimitados com barbante (Figuras 2). Varas de bambu serviam, por sua vez, como gabaritos para a locação planimétrica.

Os parâmetros usados para definição do tamanho dos lotes procuravam contemplar as ampliações das moradias, que seriam executadas, no futuro, pelos moradores:

Olha bem, você tem uma família de dois ou três filhos, estes teus filhos vão crescer não vão? Ou eles vão fazer em cima da sua ou do lado, 120m² dá pra fazer uma casinha de 60m² e ainda sobra outros 60, e amanhã você pode comprar um carrinho e fazer a sua garagem, ou pode pegar um filho que não tem onde morar e colocar ali. E outra, hoje aconteceu isso, o que eu previa quando eu comecei, hoje muitas famílias já moram no próprio lote. Têm 2 ou 3 famílias ficando na sua própria casinha. Aquilo lá atrás valeu a pena.



Figura 2 - Barracos temporários nos lotes demarcados, com piquete e barbante, na ocupação Parque Anchieta. Fonte: Arquivo Paulo Aquino.

A malha viária, por sua vez, era implantada de acordo com os parâmetros adotados nos bairros existentes no entorno, de modo a garantir condições adequadas de circulação de veículos e pedestres. As vias planejadas possuem um traçado regular e os lotes eram organizados sem a possibilidade de criação de becos ou vielas, sendo esta uma grande preocupação por parte de lideranças de movimentos organizados de ocupação urbana. A

dimensão da largura das vias do Parque Esperança é de oito metros, dois metros reservados para a calçada e seis metros para a caixa de rua. Essas dimensões são justificadas pela possibilidade de circulação de dois veículos, permitindo que a via seja de mão dupla. As diretrizes de desenvolvimento desse “projeto urbanístico” não eram elaboradas por pessoal técnico qualificado: *“Só depois é que veio a assessoria técnica, depois com o tempo é que veio a própria estrutura da prefeitura, que veio os topógrafos, só depois.”*

Quanto à construção das moradias definitivas, em reuniões, as famílias eram orientadas a construir primeiramente os seus muros, para definir bem o contorno do seu lote e evitar conflitos entre vizinhos. No entanto, a construção era livre, não havia uma orientação precisa quanto às soluções, como também, não foi estabelecida uma legislação própria da comunidade, no que diz respeito aos afastamento da construção dos limites do terreno e à altura máxima das edificações. Os ocupantes começavam a construir de acordo com as suas possibilidades e necessidades, estruturando, assim, aos poucos, o futuro “bairro popular”.

A organização do processo de ocupação envolvia, além de toda a logística necessária para o deslocamento, alimentação e organização da entrada no terreno, algo que Paulinho define como a “educação do povo”: *“A gente começava a reunir, não só com a questão do lote mas, educando as pessoas.”* Esse processo de “educação” envolvia discussões sobre os riscos decorrentes do envolvimento com o tráfico de drogas e, também, sobre o necessário respeito na relação entre vizinhos, de modo a evitar conflitos, quanto ao uso dos espaços públicos e à delimitação dos espaços privados.

O movimento de ocupação possuía instrumentos próprios de “regularização” da posse dos lotes demarcados no processo de ocupação: *“(…)as escrituras todas que nós fizemos nesse período todo, foram em nome da mulher. Porque a mulher necessita de um local, o homem vai embora e deixa ela com quatro ou cinco filhos. O homem vai e roda tudo isso e acaba voltando para o mesmo lugar, para visitar os filhos. Então, essa é a nossa preocupação”*

A ação do Estado frente a esse movimento é outro aspecto destacado por Paulinho que define o papel do Estado como mediador, que através de uma assessoria pública, como a Secretaria de Assuntos Fundiários que havia naquela época, dava orientações e intervinha para que não houvesse grandes conflitos. Paulinho reconhece que as administrações estadual e municipal tinham, naquele momento em que as ocupações ocorreram, uma atitude política de reconhecimento da luta do movimento social organizado pelo acesso à terra urbana, cumprindo um papel de mediador com os eventuais proprietários das áreas ocupadas, e impedindo, ainda ações policiais violentas, comuns no passado

recente. Destaca, por último, que, em várias ocasiões, o instrumento da desapropriação para fins de interesse público foi o recurso utilizado pelo poder público, para garantir a permanência das famílias nas áreas ocupadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados vinte anos da ocupação que originou a comunidade Parque Esperança, alguns pontos podem ser objeto de reflexão sobre o ideário, as práticas e as conquistas desse movimento (Figuras 3). Inicialmente, há que considerar os aspectos que buscam dar legitimidade às práticas do movimento de ocupações. A legitimação dessas ações está centrada em 3 pontos principais: o quadro de carência das famílias que participaram do processo, a ausência de políticas habitacionais implementadas pelo poder público que contemplassem as demandas dessa população, excluída do mercado imobiliário formal e, por último, a apropriação de um imóvel desocupado, que não cumpria uma “função social” de acordo com o estabelecido na Constituição de 1988.



Figuras 3 - Vinte anos separam a fase inicial das ocupações e a implantação de infraestrutura que consolidou mais um bairro na região de Anchieta. Fonte: Arquivo Paulo de Aquino e site Google Maps.

Outra característica a ser destacada neste processo de ocupação é a intenção expressa de construir um “bairro popular”, que, embora tenha características distintas da área urbanizada no entorno imediato – dimensões dos lotes, largura das vias, por exemplo – não se configura como uma favela, no que se refere aos aspectos morfológicos (Figura 4).

Essa intenção traduzia não apenas o desejo de garantir uma melhor qualidade de moradia para os ocupantes como, também, a necessidade de evitar o estigma de que ali estaria sendo criada uma nova favela, gerando, assim, uma atitude hostil por parte dos

moradores vizinhos. De acordo com Paulo de Aquino, não se observa a presença de narcotraficantes no Parque Esperança, ao contrário do que ocorre nas comunidades faveladas existentes no entorno – segundo essa liderança, a estrutura viária regular e com dimensões semelhantes às dos logradouros oficiais do entorno, contribuiriam para esse quadro, devido às melhores condições de acesso das forças policiais.



Figura 4 – Anchieta, no Rio de Janeiro: como distinguir o bairro formal daquele gerado pelo movimento de ocupação liderado por Paulo Aquino? Fonte: site Google Maps.

No que se refere à situação fundiária, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, desenvolve um processo de regularização da posse e titulação das famílias assentadas⁵. O acesso à terra – bem imprescindível para a produção da moradia – foi assegurado pelo movimento organizado e a implantação de infra-estrutura de esgotamento sanitário, iluminação pública e pavimentação, ocorreu ao longo dos anos, contribuindo, ainda mais, para que não seja possível distinguir as áreas ocupadas daquelas estruturadas por loteamentos aprovados regularmente. Ainda no que diz respeito ao “planejamento” da malha viária, Paulo de Aquino ressalta a relevância de um traçado regular e com dimensionamento semelhante ao dos logradouros existentes no entorno, para favorecer esse processo de implantação da infraestrutura de saneamento básico, quando comparada com a

⁵ “Moradores de Santa Edwiges, em Anchieta, recebem 430 títulos de propriedade do Estado. (...) O processo de regularização fundiária naquela região está na segunda etapa. No ano passado, outros 450 títulos foram distribuídos aos moradores de Parque Esperança, em Ricardo de Albuquerque, vizinho à Anchieta”. Fonte: <http://www.iterj.rj.gov.br/>

situação das comunidades faveladas, onde a irregularidade do traçado das vias cria dificuldades adicionais para a execução dessas mesmas obras.

Portanto, apesar das diferenças morfológicas – no que diz respeito ao dimensionamento dos lotes e o não cumprimento dos parâmetros urbanísticos e edícios legais –, o Parque Esperança se assemelha aos bairros vizinhos, em Anchieta, rompendo, assim, com o estigma que está associado às favelas, com suas vielas, becos e ocupação desordenada do espaço.

Outro aspecto a ser destacado na análise do movimento do Parque Esperança, diz respeito à percepção do momento político favorável para a realização da ocupação: na esfera estadual, o governo de Leonel Brizola possuía um histórico de intervenções favoráveis aos movimentos de luta pelo acesso à terra e à moradia.

A ocupação que deu origem ao Parque Esperança retirou o Estado de um quadro de inércia diante das demandas da população local por moradia: ou daria suporte à uma ação de reintegração de posse, promovendo a retirada das famílias, recorrendo, eventualmente, ao uso de força policial; ou iniciaria gestões que viabilizassem a permanência das famílias e a posterior regularização fundiária e urbanização. Nesse sentido, a ação dos ocupantes da comunidade Parque Anchieta remete ao que Lopes (2007) afirma, ao abordar o papel das organizações de movimentos sociais. Segundo esse autor, *“elas próprias (podem atuar) como agentes de planejamento e gestão, desse modo (re)colocando a questão da moradia (e da reforma urbana) na ordem do dia, com grande visibilidade política.”* Mais ainda: as lideranças dos movimentos de ocupação de terras urbanas, como Paulo de Aquino tinham a clara percepção de que, como afirma, ainda, Lopes, *“o Estado é a condensação de uma relação de forças, e não um monolito sem fissuras”*. Desse modo, tiraram partido de um quadro em que *“forças políticas razoavelmente comprometidas com uma agenda de mudança social assum(ir)am o controle do Estado, alavancando alguns avanços não desprezíveis”*.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade da década de 1990, não há registro de ocupações de terras urbanas, com as características semelhantes às daquelas descritas neste trabalho. Por outro lado, observa-se um expressivo movimento organizado de ocupação de imóveis públicos, desocupados ou subutilizados, na área central da cidade do Rio de Janeiro.

Existem, atualmente, no Estatuto das Cidades, dispositivos legais capazes de garantir ao poder público municipal, os instrumentos necessários para viabilizar o acesso a terrenos vazios ou subutilizados, em áreas dotadas de infra-estrutura e transporte público,

destinando-os à construção de habitação social, o que poderia evitar o crescimento de favelas consolidadas e o surgimento de novos assentamentos periféricos, desprovidos de condições adequadas de habitabilidade.

Entretanto, esses instrumentos legais raramente são utilizados, uma vez que sua aplicação contraria interesses dominantes. Nesse sentido, as ocupações organizadas de terras e, mais recentemente, de imóveis públicos, sem uso ou abandonados, procuram, através de ações concretas, tentar fazer valer as conquistas da luta do Movimento pela Reforma Urbana, que levaram à aprovação do Estatuto das Cidades e que permanecem, contudo, apenas como texto legal, distante da realidade das ruas.

4. REFERÊNCIAS

- BLANK, G. B. de P. 1980. Experiência de Urbanização de Favelas. In: Valladares, L. (org.) *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- CAMPOS, F. S. 2012. Quem nasceu pra Alckmin nunca chegará a Brizola. [Online] Revista digital: www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=1870 Disponível: <http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=1870>
- CAVALLIERI, P. 1986. Favelas Cariocas: Mudanças na Infra-Estrutura. In: IPLANRIO. 4 *Estudos*. Rio de Janeiro.
- FROSSARD, E. B. *O Processo das Invasões no Rio de Janeiro: Sua Racionalidade Espacial*. Fotocópia, s/d. Programa de Pós Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB.
- LAGO, L. C. 1996. Desigualdade Socioespacial e Mobilidade Residencial na Metrópole do Rio de Janeiro: novas tendências em tempo de crise, in *Cadernos do IPPUR*. Rio de Janeiro.
- LAGO, L.; RIBEIRO, L. C. Q. 1996. A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradia nas grandes cidades. In: Ribeiro, L. C. Q., Azevedo, S. (org.) *A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- LEITÃO G.; Delecave, J. 2010. Março de 1983: A Guinada na Relação Estado/Comunidades Faveladas no Rio de Janeiro. In: *Anais do XI Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Vitória.

- LEITÃO, G. 2009. Um Desenho Urbano Popular: O Ambiente Construído Pelas Ocupações de Terra Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ao longo das Décadas de 80 e 90. In: *Anais XII ENANPUR*. Florianópolis.
- SOUZA, M. L. 2007. "Habitação: eu planejo, tu planejas...NÓS planejamos". *Revista eletrônica de jornalismo científico Com Ciência*. [Online] n.88. Disponível em:
<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=25&id=278>
- NOVICKI, V. 1992. *O Estado e a Luta pela Terra no Rio de Janeiro: Primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação de mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- VALLADARES, L., Kayat, R. 1983. *Invasões de Terras no Rio de Janeiro de 1983: Uma Cronologia*. Rio de Janeiro: Iuperj, 43 p. (Série Estudos).